

ORLANDO CALIMAN



Paga mais tributos quem recebe menos renda, por conta do peso maior da chamada tributação indireta, aquela sobre produtos e serviços

O dilema na distribuição de riqueza

Fazer com que os resultados da produção de riqueza possa chegar de forma crescentemente mais equânime a todos os cidadãos é um desafio que poucos países conseguiram resolver. E nesse quesito o Brasil está muito distante de uma situação medianamente aceitável. Fazemos parte de um seleto grupo de países com maior concentração de riqueza do planeta.

Até que conseguimos avançar um pouco em 20 anos, reduzindo a distância entre ricos e pobres, graças à estabilidade econômica e políticas econômicas e sociais. Porém, temos muito a caminhar. Uma parcela razoável da população foi sendo gradualmente tirada da situação considerada de pobreza. Em 1991, 38% enquadravam-se na faixa de pobreza. Esse percentual caiu para 15% em 2010. No Espírito Santo essa queda foi ainda maior, de 39% para 9,5%.

Mesmo assim, se tomarmos como referência indicadores mais precisos, ainda estamos muito longe do dese-

jado. Um deles é o índice de Gini, que leva o nome do seu autor. Este mede o grau de distorção na distribuição da renda, com um intervalo de variação de zero a 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a concentração. O contrário acontece quando se aproxima de zero, que representa uma situação em que todos receberiam uma mesma quantia de riqueza.

O índice de Gini para o Brasil está hoje em torno de 0,53. Já chegou a 0,60 em 1991. Ele pode mudar dependendo da variável que está sendo analisada, como renda líquida de impostos ou renda que contabilize transferências do governo para pessoas etc. Mas, de qualquer forma, trata-se de um valor alto, acima do padrão de países mais desenvolvidos ou mais equilibrados, como é o caso de Costa Rica.

Mas o que chama a atenção no caso do Brasil é a lentidão do movimento desse indicador para baixo. E isso acontece por conta de vários obstáculos, muitos dos quais estruturais, de difícil eliminação. Segundo um estudo feito pela professora Rozane Bezerra de Siqueira, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título “Notas sobre os Impactos Distributivos dos Tributos e Transferências Públicas no Brasil”, o índice de Gini atual que é de 0,53 – cálculo da autora

–, é o mesmo de 1960.

Na avaliação dela, o que chama a atenção nem é o fato de o país ter ficado no mesmo lugar no quesito distribuição da riqueza, mas sim que isso tenha acontecido a despeito do crescimento do peso do Governo – Estado – no bolo total da riqueza do país. Em 1960 a carga tributária era de 17%, contra os atuais 36%.

Uma das possíveis conclusões que podemos extrair desse fato é de que o Estado brasileiro é muito pouco eficaz nas suas funções de tributar de um lado e de promover o bem-estar, através dos seus gastos, do outro. Ou seja, tributamos mal ao distribuirmos mal a carga tributária, pois, proporcionalmente paga mais tributos quem recebe menos renda, por conta do peso maior da chamada tributação indireta, aquela que incide sobre produtos e serviços – ICMS, IPI...

Segundo cálculos feitos pela professora Rozane, as transferências de renda

País é pouco eficaz ao tributar de um lado e ao promover o bem-estar, através dos seus gastos, do outro

feitas pelo governo – Bolsa-Família, Salário-Família, seguro-desemprego, aposentadorias etc – conseguem reduzir em seis pontos percentuais o índice de Gini. Na mesma direção também concorrem os tributos diretos, aqueles que crescem com níveis mais elevados de renda, caso do Imposto de Renda. O problema, no entanto, ocorre com os impostos indiretos, como o ICMS e o IPI, que contribuem para que o tal índice de Gini aumente em torno de 3%.

Ou seja, o que o governo distribui de um lado – transferências – é retirado do outro lado pelo efeito tributação desigual. Tudo bem que o efeito líquido se mostra ainda positivo em cerca de 5%, segundo os cálculos da professora. No entanto, é bem menor do que mostram países desenvolvidos, cuja redução líquida em média chega a 14 pontos percentuais, caso dos países da OCDE. Na Inglaterra, que tem uma carga tributária menor que a do Brasil, o ganho líquido do Gini chega a 15 %.

Conclusão óbvia: o Estado brasileiro tributa muito, gasta muito, porém, as duas coisas de forma ruim. E mais, ainda segundo a professora, dois terços da redução da desigualdade no Brasil entre 2003 e 2012 teve como origem o aumento da renda privada, portanto, do mercado.